



PROCESSO Nº : 1850547/2024 – CONTAS ANUAIS DE GOVERNO
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DE GOVERNO – EXERCÍCIO DE 2024
UNIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÓPOLIS
GESTOR : EDERSON FIGUEIREDO - PREFEITO
RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ CARLOS NOVELLI

PARECER Nº 4.116/2025

CONTAS ANUAIS DE GOVERNO. EXERCÍCIO DE 2024. PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÓPOLIS. IRREGULARIDADES CONTÁBEIS REFERENTES A REGISTROS DE FATOS CONTÁBEIS INCORRETOS (CB03). DIVERGÊNCIA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CC09). NÃO CUMPRIMENTO DE META DE RESULTADO PRIMÁRIO DA LDO (DA04). AUSÊNCIA DE INSERÇÃO NOS CURRÍCULOS ESCOLARES DE CONTEÚDOS ACERCA DA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA, O ADOLESCENTE E A MULHER (OC19). NÃO REALIZAÇÃO DA SEMANA ESCOLAR DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (OC20). AFASTAMENTO DA IRREGULARIDADE CB05, FB03 E OC99. ALEGAÇÕES FINAIS. APLICAÇÃO DO ART. 110 DO RITCE/MT. REITERAÇÃO DO PARECER Nº 3.858/2025. MANIFESTAÇÃO PELA EMISSÃO DE PARECER CONTRÁRIO À APROVAÇÃO DAS CONTAS COM SUGESTÃO AO PODER LEGISLATIVO DE RECOMENDAÇÕES AO GESTOR.





1. RELATÓRIO

1. Trata-se da apreciação das **contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Arenópolis/MT**, referentes ao exercício de 2024, sob a responsabilidade do **Sr. Ederson Figueiredo**, no período de 01/01/2024 até 31/12/2024.

2. A Secretaria de Controle Externo (SECEX) apresentou, em caráter preliminar, Relatório de Auditoria (documento 653966/2025), que faz referência ao resultado do exame das contas anuais prestadas pelo gestor, indicando as seguintes irregularidades:

EDERSON FIGUEIREDO /12/2024- ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2021 a 31

1) CB03 CONTABILIDADE_GRAVE_03. Registros de fatos/atos contábeis em inobservância aos princípios da competência e oportunidade (Itens 7 e 69 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

1.1) Não houve apropriação por competência (mensal) das obrigações decorrentes de benefícios a empregados: 13º salário e abono de férias. - Tópico - 5. 2. 1. APROPRIAÇÃO DE 13º SALÁRIO (GRATIFICAÇÃO NATALINA) E FÉRIAS

2) CB05 CONTABILIDADE_GRAVE_05. Registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, implicando a inconsistência das demonstrações contábeis (arts. 83 a 106 da Lei nº 4.320/1964; arts. 176, caput, e 177 da Lei nº 6.404/1976; itens 3.3 a 3.6 da NBC TSP Estrutura Conceitual; itens 27 a 58 da NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis).

2.1) Divergência no valor da dotação atualizada da despesa entre o registrado no Balanço Orçamentário e o registrado pelo sistema Aplic. - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3) CC09 CONTABILIDADE_MODERADA_09. Forma e/ou conteúdo das Demonstrações Contábeis divergente dos modelos estabelecidos nas normas contábeis (Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade; Instruções de Procedimentos Contábeis editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN).





3.1) As Notas Explicativas não atenderam em sua totalidade às normas exigidas quanto à apresentação de forma e conteúdo. - Tópico - 5. 1. 6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

4) DA04 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVISSIMA_04. Frustração de receitas verificada ao final de cada bimestre, sem providências para limitação de empenho e movimentação financeira, ocasionando o descumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000; art. 5º, III, da Lei nº 10.028 /2000).

4.1) Descumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO. - Tópico - 8. 1. RESULTADO PRIMÁRIO

5) FB03 PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO_GRAVE_03. Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes: excesso de arrecadação, superávit financeiro, anulação total ou parcial de dotações e operações de crédito (art. 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43 da Lei 4.320/1964).

5.1) Abertura de créditos adicionais por conta de recursos inexistentes de excesso de arrecadação nas Fontes 622 e 701, no total de R\$ 2.659.561,23. - Tópico - 3. 1. 3. 1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

6) OC19 POLÍTICAS PÚBLICAS_MODERADA_19. Currículo escolar da educação infantil, do ensino fundamental e/ou ensino médio, sem abranger os conteúdos mínimos exigidos pela legislação (art. 26 da Lei nº 9.394/1996).

6.1) Não foram incluídos nos currículos escolares municipais conteúdos acerca da prevenção de violência contra as mulheres. - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa nº 10/2024)

7) OC20 POLÍTICAS PÚBLICA_MODERADA_20. Ano letivo escolar sem a realização da “semana escolar de combate à violência contra a mulher” (art. 2º da Lei nº 14.164 /2021).

7.1) Não foi instituída/realizada a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, conforme preconiza o art. 2º da Lei nº 1.164/2021. - Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES (Decisão Normativa nº 10 /2024)

8) OC99 POLÍTICAS PÚBLICAS_MODERADA_99. Irregularidade referente a Políticas Públicas não contemplada em classificação específica).

8.1) O município não alocou recursos na Lei Orçamentária Anual para





execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher.
- Tópico - 13. 2. PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
(Decisão Normativa n.º 10 /2024)

3. Quanto ao regime previdenciário, o município não possui Regime Próprio de Previdência - RPPS, estando todos os servidores públicos municipais vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS.
4. O gestor foi devidamente citado e apresentou defesa nos autos, conforme documento 664400/2025.
5. Em Relatório Conclusivo, a SECEX acolheu em parte a defesa e opinou pela manutenção das irregularidades CB03, CC09, DA04, FB03, OC19, OC20 e OC99, bem como pelo afastamento da irregularidade CB05 (documento 672326/2025).
6. Na sequência, os autos vieram ao Ministério Público de Contas, que elaborou o Parecer nº 3.858/2025 (doc. nº 673892/2025), manifestando-se pela emissão de Parecer Prévio Contrário à Aprovação das Contas Anuais, ante a manutenção das irregularidades apontadas pela Equipe Técnica.
7. Ato contínuo, o Relator intimou o gestor (doc. nº 678911/2025) para apresentar alegações finais no prazo de 5 (cinco) dias, em observância ao art. 110 do Regimento Interno, visto que ainda há irregularidade não sanada nos autos.
8. Por sua vez, o gestor apresentou as alegações finais, sendo juntada aos autos (doc. nº 680833/2025).
9. Por fim, os autos retornam ao Ministério Público de Contas para apreciar especificamente as alegações finais, nos termos do art. 110 do Regimento Interno.
10. É o relatório, no que necessário. Segue a fundamentação.

2. FUNDAMENTAÇÃO





11. Como relatado, os autos retornam especificamente para analisar as alegações finais apresentadas com relação as irregularidades mantidas após a análise da defesa.

12. No caso, diga-se que todas as nuances das irregularidades, com as respectivas manifestações da equipe técnica e razões defensivas do gestor e o posicionamento do Ministério Público de Contas estão no Parecer nº 3.858/2025, que está devidamente anexado aos autos.

13. Dessa forma, a presente manifestação irá se ater à análise das alegações finais, nos termos do art. 110 do Regimento Interno, *in verbis*:

Art. 110 Se, após a emissão do parecer ministerial nos processos de contas anuais e tomadas de contas, permanecerem irregularidades não sanadas, o Relator concederá às partes prazo de 5 (cinco) dias para a apresentação das alegações finais sobre a matéria constante dos autos,

mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas, vedada a juntada de documentos.

Parágrafo único. As alegações finais serão analisadas pelo Relator do processo, que as encaminhará ao Ministério Público de Contas, para manifestação no prazo de 3 (três) dias.

14. Em suas alegações finais, o gestor basicamente rememorou seus argumentos defensivos, resumindo-se, como novidade, a fazer referência a julgados específicos desta Corte de Contas, e de manifestação deste órgão Ministerial.

15. **A simples menção aos julgados, de forma desconexa e sem fazer o cotejo analítico, às questões tratadas nos presentes autos, não se prestam a afastar as irregularidades constatadas, que foram mantidas por seus próprios fundamentos.**

16. Todas as questões levantadas estão exaustivamente debatidas tanto no relatório técnico conclusivo, quanto no **Parecer nº 3.858/2025**, razão pela qual não se faz necessária a repetição.

17. Diante disto, o Ministério Público de Contas **ratifica o entendimento articulado no Parecer nº 3.858/2025**, e opina pela manutenção das irregularidades nos termos do referido parecer, uma vez que os apontamentos trazidos nas alegações





finais já foram amplamente analisados nos autos, sendo, assim, incapazes de alterar o entendimento ministerial.

18. Ante o exposto, o Ministério Público de Contas reitera integralmente todos os direcionamentos e entendimentos colacionados no **Parecer nº 3.858/2025**.

3. Conclusão

19. Por todo o exposto, levando-se em consideração o que consta nos autos, o Ministério Público de Contas, instituição permanente e essencial às funções de fiscalização e controle externo do Estado de Mato Grosso (art. 51, da Constituição Estadual) **ratifica o Parecer nº 3.858/2025 e opina:**

a) pela deliberação de **Parecer Prévio Contrário à Aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Arenópolis/MT**, referentes ao exercício de 2024, sob a administração do **Sr. Ederson Figueiredo** nos termos do art. 26, da Lei Complementar nº 269/2007;

b) pelo **afastamento** das irregularidades **CB05, FB03 e OC99**;

c) pela **recomendação** ao Poder Legislativo Municipal para que determine ao Poder Executivo Municipal:

c.1) Atentar-se para a redação correta e convergente nos decretos de abertura de créditos adicionais conforme autorização legislativa, bem como o registro correto das informações referente a alterações orçamentárias via sistema APLIC;

c.2) Abrir créditos adicionais com recursos suficientes de acordo com o disposto no art. c 167, II e V, da Constituição Federal; art. 43, § 1º, da Lei nº 4.320/1964;

c.3) Faça expedir determinação à Contadoria Municipal para que as notas explicativas das demonstrações consolidadas do exercício de 2025, sejam integradas por informações acerca do Plano de Implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, em observância a Portaria nº 548/2015 da STN e visando





subsidiar análises futuras nas contas de governo. Prazo de implementação: até a publicação das demonstrações contábeis do exercício de 2025 e seguintes;

c.4) Apropriar por competência mensal as obrigações decorrentes de benefícios a empregados: 13º salário e férias;

c.5) Elaborar notas explicativas que atendam em totalidade às normas exigidas quanto à apresentação de forma e conteúdo;

c.6) Adotar providências para assegurar o cumprimento das metas fiscais, caso a previsão de receitas não seja confirmada, nos termos do artigo 9º da LRF;

c.7) Implementar medidas visando ao atendimento de 100% dos requisitos de transparência, em observância aos preceitos constitucionais e legais;

c.8) Implementar medidas urgentes visando garantir o atendimento de todas as demandas por vagas em creche/pré-escola (ou ambos), e zerar a fila no ano de 2025;

c.9) Incluir nos currículos escolares municipais conteúdos acerca da prevenção de violência contra as mulheres;

c.10) Instituir a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher;

c.11) Alocar recursos nas próximas Leis Orçamentárias para execução de políticas públicas de prevenção à violência contra a mulher;

c.12) Expedir ato oficial de nomeação de servidor para o cargo de Ouvidor municipal.

É o parecer.

Ministério Público de Contas, Cuiabá, 29 de outubro de 2025.

(assinatura digital)¹

WILLIAM DE ALMEIDA BRITO JÚNIOR
Procurador-geral de Contas Adjunto

¹. Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa Nº 9/2012 do TCE/MT.

2ª Procuradoria do Ministério Público de Contas - Gabinete do Procurador William de Almeida Brito Júnior

Rua Conselheiro Benjamin Duarte Monteiro, nº 1 - Centro Político Administrativo - Cuiabá/MT

Telefone: (65) 3613-7626 e-mail: william@tce.mt.gov.br - www.mpc.mt.gov.br

